

## CARNE SECA, CONSERVA ESTRAGADA E MUITA CACHAÇA: DIÁLOGOS SOBRE A ETIOLOGIA DAS MOLÉSTIAS NO ACRE TERRITORIAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

Sérgio Roberto Gomes de Souza<sup>1</sup>

**RESUMO:** A perspectiva desse artigo é analisar jornais e relatórios oficiais editados e produzidos no Território Federal do Acre, nas duas primeiras décadas do século XX, com o intuito de desenvolver diálogos/problematizações com abordagens que tratem sobre hábitos alimentares e suas possíveis relações com os quadros nosológicos que prevaleciam na região. Da mesma forma, intenciona-se compreender se tais construções tinham por objetivo contrapor-se a concepção de que o clima se constituía em fator fundamental, quando se trata da dificuldade de adaptação de viajantes para a Amazônia na segunda metade do século XX, quando da expansão da empresa gumífera. Relatórios produzidos por prefeitos departamentais e jornais editados no Território foram utilizados como fonte de pesquisas, subsidiados por referenciais teóricos que são apresentadas no decurso da escrita.

**Palavras-chave:** Alimentação; Nosologias; Acre.

**ABSTRACT:** The perspective of this article is to analyze newspapers and official reports published and produced in the Federal Territory of Acre, in the first two decades of the twentieth century, in order to develop dialogues / problematizations with approaches that deal with eating habits and their possible relationships with nosological conditions that prevailed in the region. Likewise, it is intended to understand if such constructions were intended to counteract the conception that climate was a fundamental factor when it comes to the difficulty of travelers to adapt to the Amazon in the second half of the twentieth century, when expansion of the gumiferous enterprise. Reports produced by departmental mayors and newspapers published in the Territory were used as a source of research, supported by theoretical references that are presented in the course of writing.

**Keywords:** Food; Nosologies; Acre.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática proposta é pouco trabalhada na historiografia amazônica, nesse contexto, a possibilidade de escrever sobre temas relacionados a culturas e preceitos da ciência e da técnica, que parecem estar validados no início do século XX, amplia o campo de pesquisa e produção do historiador. O intuito será dialogar/problematizar com narrativas presentes em jornais e documentos oficiais que defendiam a existência de relações entre os hábitos alimentares prevalentes na população e os quadros nosológicos existentes na região. A perspectiva é analisar os fatores que eram utilizados como referências para as construções dessas assertivas, bem como buscar evidências que possam expressar se essas concepções, de alguma maneira, eram constituídas como contrapontos a discursos que defendiam o determinismo climático e a impossibilidade de adaptação de viajantes a

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP e Professor Associado da área de História na Universidade Federal do Acre - UFAC

Amazônia, em um período em que a empresa gumífera necessitava de mão de obra para o processo de exploração da borracha.

## **ADAPTABILIDADE DE VIAJANTES À AMAZÔNIA: O CLIMA COMO PROBLEMA**

Diversas foram as abordagens que trataram sobre as dificuldades e, até mesmo, a impossibilidade de viajantes de terras de clima temperado se adaptarem aos “trópicos”. O historiador Sidney Chalhoub (1996), por exemplo, destacou as conclusões do médico inglês Robert Dundas, autor de um tratado sobre febres, publicado no ano de 1852, após ter residido e trabalhado na Bahia. Na obra, o médico tratou sobre a impossibilidade de habitantes de zonas temperadas aclimatarem-se nas regiões tropicais, devido ao fato de que, em países de clima quente, a secreção proveniente do sistema capilar externo se tornaria incessante e profusa, enquanto a secreção originada nos rins diminuiria na mesma proporção. Assim, quando expostos ao calor intenso sofreriam danos em seus sistemas capilares, que se tornariam enfraquecidos devido à excitação provocada pela transpiração profunda (CHALHOUB, 1996, p. 79). Nesse caso, o clima “tropical” aparece como a origem de diversas moléstias, impossibilitando, pelo menos em tese, qualquer perspectiva de permanência, por um período mais demorado, de habitantes de áreas temperadas.

Observe-se que o historiador Júlio Cesar Schweickardt (2011, p. 45) compreende os trópicos enquanto uma constituição discursiva, desenvolvida por viajantes que vieram para o Brasil, basicamente, a partir do século XIX. Em sua concepção, a denominação “trópicos” não se refere somente a fatores climáticos, expressando significações diversas. Dessa maneira, perpassam a palavra trópicos preceitos vinculados ao determinismo climático, darwinismo social e evolucionismo.

As características climáticas, definidas na rota da colonização, muito contribuíram para a representação da Amazônia enquanto um espaço tropical por excelência, local de prevalência do calor, umidade, floresta, abundância de água e uma diversidade de animais e insetos. Também a delineou como retrátil à presença humana. Nesse contexto, recorrendo novamente ao historiador Júlio Cesar Schweickardt, percebe-se que se constituiu uma imagem romântica de que “a natureza tropical como espaço de não cultura é um paraíso, mas se transforma em inferno com a presença do homem, quando este é invadido por pragas e doenças” (SCHWICKARDT, p. 47).

Vários foram os contrapontos às concepções que defendiam a impossibilidade de adaptação de viajantes aos trópicos, em particular a Amazônia, em decorrência do clima. Um dos que se posicionaram de forma contrária a essa abordagem foi Euclides da Cunha, que chegou a Amazônia em 1905. No período chefiava a Comissão Brasileira de Limites com o Peru, em momento de certa tensão com o país vizinho (CUNHA, 2000, p. 47). Em seu relatório, Cunha completou suas informações sobre o clima na região do rio Purus, a partir de dados produzidos pelo Dr. Tomás Catunda, médico da dita Comissão, onde se lê:

O bom êxito da nossa expedição ao Purus, sob o ponto de vista sanitário, é prova de que aquela região é perfeitamente habitável, bastando para isso a observância de regras muito comezinhas de higiene tropical. – Nem outra coisa fizemos nós não tendo, entretanto, a Comissão, composta de 42 pessoas, a partir da Boca do Acre, nenhuma perda de vida a lamentar. E parte dela, de abril a outubro, viajou constantemente rio acima e rio abaixo (CUNHA, 2000, p. 271).

Observe-se que Euclides da Cunha escreveu sobre uma suposta “seleção telúrica”, definida da seguinte maneira: “uma sorte de magistratura natural, ou revista severa exercida pela natureza nos indivíduos que a procuram, para só conceder o direito da existência aos que se lhe afeiçoam” (CUNHA, 2000, p. 71). Mas, no caso, o problema maior não seria o clima/natureza, mas o próprio

homem, que havia chegado à região em uma hora imprópria. Para Cunha, o processo de aclimação dependeria de fatores que envolveria os sujeitos sociais, perpassando aspectos físicos e morais.

O aclimado surge de um binário de forças físicas e morais que vão, de um lado, dos elementos mais sensíveis, térmicos ou higrométricos, ou barométricos, às mais subjetivas impressões oriundas dos aspectos da paisagem; e de outro, da resistência vital da célula ou do tônus muscular, às energias mais complexas e refinadas do caráter (CUNHA, 2000, pp. 151 a 152).

Usando como referência os processos de movimentação populacional para o Acre, onde teria ocorrido a dita “seleção telúrica, Cunha caracteriza esse evento enquanto um ato desordenado, ressaltando a ausência do Estado brasileiro na articulação desse movimento:

Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efêua, à sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente (CUNHA, 2000, pp. 152 a 153).

Nesse caso, compreende o mencionado autor que, tal fato, no caso o distanciamento do Estado brasileiro desse processo, teria contribuído para que doentes e pessoas de hábitos morais contestáveis tivessem vindo para a região, com vistas a intensificação da exploração do látex e produção da borracha, o que contribuiu para seus extermínios e consequente “calúnia ao clima”, responsabilizado, isoladamente, pelas mortes e adoecimentos.

## **ALIMENTAÇÃO RUIM E CACHAÇA: NOVAS ABORDAGENS SOBRE A ETIOLOGIA DAS MOLÉSTIAS**

Basicamente a partir do início do século XX, o clima deixa de ser apresentado enquanto o principal problema da Amazônia. Gradativamente novos culpados entram em cena, em particular a ingestão excessiva de conservas, carne seca e cachaça pelos locais. Ressalte-se que diferentes autores, em tempos diversos, construíram registros sobre os hábitos alimentares das populações amazônicas. No geral, trataram de forma depreciativa. O naturalista francês Charles Marie de La Condamine, durante expedição que realizou à região, na primeira metade do século XVIII, utilizou vários adjetivos para referir-se aos povos indígenas. Em suas assertivas o francês, que posteriormente soube-se havia copiado boa parte de seus escritos de um jesuíta de nome Jean Magnin, autor de um relato denominado “Descrição da província e das Missões de Maynas no reino de Quito”, definiu os indígenas, enquanto “glutões até a voracidade, quando têm com o que se satisfazer” (SAFIER, 2009, p. 95).

Recorrendo a Hideraldo Costa (2013), percebe-se que a desqualificação dos modos de vida e de culturas das populações amazônicas, por parte de viajantes europeus, se dava em relação a todos os seus habitantes, não restringindo-se a um ou outro grupo étnico. Na expedição que fez a Amazônia na segunda metade do século XIX, por exemplo, o naturalista Alfred Russel Wallace redigiu a obra denominada “Viagem pelo Amazonas e o rio Negro”. Em um tópico específico, onde trata sobre a alimentação dos moradores da cidade de Belém, ressaltou que a carne de vaca era um dos itens mais importantes de suas dietas. No entanto, enfatizou que os animais eram abatidos e depois transportados sem nenhum critério de higiene, lembrando o modo como se transportava carne de cavalo para canis na Europa, o que provocava uma profunda repugnância (WALLACE, 2004, p. 51).

Especificamente sobre os habitantes do então Território Federal do Acre, Abguar Bastos, no ano de 1913, escreveu a obra “A Pantofagia ou as Estranhas Práticas Alimentares na Selva”, republicada em 1987 pela editora Brasileira. Em seu capítulo cinco, trata sobre “práticas alimentares exóticas dos homens da selva”. Observe-se que Bastos insere em sua classificação de “homens da selva” os indígenas e as populações rurais. Para o citado autor, esses sujeitos sociais, concebidos enquanto homogêneos, possuíam hábitos alimentares semelhantes, desenvolvidos sem muitas preocupações com “regras de higiene” e sem requinte no paladar (BASTOS, 1987, p. 73).

A relação entre hábitos alimentares das populações amazônicas e ausência de civilidade parece prevalecer nas narrativas dos três diferentes autores, produzidas em tempos distintos. Ao analisar os escritos de viajantes que vieram e falaram “pela” Amazônia, Hideraldo Costa ressaltava que os ditos foram “mestres em criar e consolidar uma imagem preconceituosa, estigmatizando os que não estavam alinhados a seus valores, hábitos, ideias de progresso e civilização” (COSTA, 2013, pp. 71-73). É importante observar, que esses discursos foram incorporados e reproduzidos por consideráveis segmentos sociais da Amazônia e de outras partes do Brasil, contribuindo para o processo denominado pelo historiador Gerson Rodrigues Albuquerque como colonização da escrita, importante fator para a constituição da representação da Amazônia “enquanto um todo fechado em torno de uma cultura exoticamente singular” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 10).

Mas, o que chamou atenção e despertou o interesse para o desenvolvimento desse artigo, como dito anteriormente, foi o fato de que, a partir do início do século XX, vários registros indicam a prevalência de concepções que não apenas condenavam os hábitos alimentares de habitantes da região, mas, também, os relacionavam a uma série de doenças, que se manifestavam de forma endêmica e epidêmica.

Em se tratando do Território Federal do Acre, espaço delimitado para o desenvolvimento da pesquisa que propiciou a construção desse escrito, percebe-se uma maior abrangência quando se trata da condenação dos hábitos alimentares, considerando que as abordagens não se restringem aos “povos da selva”, para utilizar uma expressão de Abguar Bastos, mas, a maioria da população. Pelo menos é assim que se encontra registrado em alguns relatórios de prefeitos departamentais. Em um trecho do relatório de 1905 do prefeito do Alto Purus, Candido Mariano, por exemplo, percebe-se que, após o clima ser isento de qualquer responsabilidade pelos quadros mórbidos existentes no Departamento, foram enumerados os três fatores que mais contribuíam para a proliferação das moléstias que atacavam impiedosamente a população: os hábitos alimentares, os tratamentos empíricos e o uso excessivo do álcool (MARIANO, 1905, p. 11). Quanto aos hábitos alimentares, o prefeito condenou a dieta da maioria dos habitantes, que tinham por costume restringir “a satisfação de seus apetites ao uso de conservas, nem sempre em bom estado de conservação, ocasionando moléstias do aparelho gastrointestinal, debilitando o organismo e originando complicações mórbidas de caráter grave” (MARIANO, 1905, p. 11).

Cunha Mattos, prefeito do Departamento do Alto Acre, ressaltou que era fato reconhecido o péssimo sistema de alimentação existente no Território do Acre, “onde o pão e a carne verde raríssimas vezes figuravam, mas, onde sempre havia uma grande difusão de conservas más, carne seca, farinha, feijão e arroz deteriorados” (MATTOS, 1904, p. 19).

No Departamento do Alto Juruá o prefeito Gregório Thaumaturgo de Azevedo, ao tratar sobre os “problemas de higiene” em seu relatório do ano de 1905, ressaltou a ocorrência de 49 óbitos no povoado de Cruzeiro do Sul.<sup>2</sup> O prefeito isentou o clima de qualquer responsabilidade, negando

<sup>2</sup> O Cruzeiro do Sul, 10 de junho de 1906, edição nº 06, ano I, p. 02.

com veemência que fosse insalubre, remetendo a culpa aos alimentos consumidos pela população. Segundo ele: “Os gêneros alimentícios que os fornecedores enviavam, em geral, não eram de boa qualidade e com o acondicionamento nos porões dos navios chegavam deteriorados à região”.<sup>3</sup>

Note-se que era comum na Amazônia, a venda de conservas e outros gêneros alimentícios em situação imprópria para o consumo. Produtos comercializados sem nenhum escrúpulo, a partir de empresas com sede em Belém e Manaus, circulavam de forma intensa por seringais e núcleos urbanos, constituindo-se no principal item da dieta alimentar de seus habitantes. Registros dos mais diversos podem ser encontrados sobre essas práticas, a exemplo dos que constam no relatório publicado em 1910, por Oswaldo Cruz, intitulado: *Madeira Mamoré Railway Company: Considerações Gerais Sobre as Condições Sanitárias do Rio Madeira*:

É deficientíssima e péssima a alimentação dos seringueiros [...]. Os que melhor se alimentam fazem uso de conservas que vêm em grande parte de Manaus e do Pará. Estas conservas são vendidas sem escrúpulo e em grande parte deterioradas. E a fraude vai a tal ponto que as casas de importação de conservas têm um empregado denominado caixeiro de solda e cujo mister consiste em furar as latas deformadas pelos gases da fermentação devidos ao desenvolvimento, sobretudo, dos bactérias produtores das infecções e intoxicações alimentares [...]. Tive a ocasião de conversar com um dono de seringal do rio Jacu-Paraná que me declarou com a maior ingenuidade, que a jabá (carne seca) podre não vai para o rio tem de ser adquirida pelos seus empregados por preços incríveis (CRUZ, 1910, p. 13).

A solução para o problema, anunciada por algumas autoridades do Território do Acre, foi incentivar a população a adquirir novos hábitos alimentares. Experiências das mais diversas sobre o assunto foram registradas. Em Cruzeiro do Sul, por exemplo, o engenheiro-chefe da Comissão de Obras Federais, Antônio Bueno de Andrade, disse ter dado início a uma plantação de legumes e hortaliças nas proximidades de sua residência, tendo obtido tanto sucesso que passou a fornecer alimentos para a cozinha de todos os seus subordinados (LYRA, 1908, p. 35). Sem nenhuma prudência, garantiu que a nova dieta provocara mudanças imediatas entre os trabalhadores que prestavam serviços à Comissão, afirmando peremptoriamente que: “sensivelmente melhorou a saúde geral: os casos de beribéri desapareceram e passam-se dias sem nenhum caso de doença” (LYRA, 1908, p. 35). Não tardou para que o engenheiro-chefe concluísse que a má fama da região era consequência dos alimentos de má qualidade ingeridos pela população, e não do clima, já que era suficiente para conseguir um espaço higiênico que fosse derrubada uma vasta área de mata. Esta ação, por si só, seria suficiente para tornar Cruzeiro do Sul perfeitamente adaptável para pessoas originadas das mais diversas localidades (LYRA, 1908, p. 35).

Cunha Mattos optou por adquirir para o Departamento do Alto Acre uma padaria e gado, para abater de duas a três vezes por semana. O consumo de pão fresco e carne verde, no entanto, constituía-se em privilégio, uma vez que esses alimentos eram acessíveis apenas para os funcionários da Prefeitura (MATTOS, 1904, p. 19). Os resultados das medidas adotadas foram devidamente registrados pelo prefeito:

A despeito de um trabalho insano e de muita força de vontade, consegui o que desejava e assim é que poucos dias após a instalação da Prefeitura os funcionários públicos passaram a ter o que anteriormente não havia com grande vantagem para o estado sanitário que melhorou consideravelmente (MATTOS, 1904, p. 19).

3 O Cruzeiro do Sul, 10 de junho de 1906, edição nº 06, ano I, p. 02.



Medidas para poucos, resultados para poucos, como se observa no trecho do relatório onde constam registros sobre óbitos ocorridos entre auxiliares do prefeito e os demais habitantes do Alto Acre:

Com pesar não pequeno consigno o passamento de mais de um dos concidadãos que com grande soma de sacrifícios me acompanharam da capital Federal para exercerem nesse Departamento, empregos públicos. Jacob Beck Junior e Figueiredo Neves, ambos funcionários do Ministério da Fazenda, empregados como encarregado e escrivão do posto fiscal do Abunã, após longa e penosa marcha por terra para chegarem ao posto que lhes fora confiado, o que não lograram fazer, enfermaram gravemente e de regresso à Manaus faleceram em viagem. Com relação aos óbitos ocorridos entre os povos do Departamento, impossível me é precisar o algarismo, podendo, entretanto, afirmar que foi muito grande a mortalidade (MATTOS, 1904, p. 19).

Sucessores de Cunha Mattos também tentaram implantar políticas que possibilitassem à população do Departamento do Alto Acre, ou pelo menos parte dela, acesso a outros alimentos que não conservas ou carne seca. De acordo com o advogado Josias Lima, o Capitão Odilon Pratagy Braziliense, quando no exercício interino do cargo de prefeito, propôs a criação de uma colônia agrícola para onde seriam enviados sentenciados de Fernando de Noronha. Para viabilizar tal medida, foi assinado um decreto de desapropriação de todas as terras “marginais do rio Acre” e seus afluentes, concedendo-as gratuitamente a todo aquele que quisesse se dedicar ao plantio de jerimum, melancia, quiabo, maxixe e melão (LIMA, 1906, p. 15). A intenção de Odilon Pratagy, conforme disse Josias Lima, era “abastecer o mercado de Rio Branco de modo a determinar a baixa de gêneros de outros países, notadamente a conserva” (LIMA, 1906, p. 15).

E não ficou só nisso. O prefeito do Alto Purus, Candido Mariano, fez constar em seu relatório de 1908 a inauguração de um Mercado Público na cidade de Sena Madureira, no dia 21 de abril do mesmo ano (*foto 07*). O estabelecimento foi descrito como um centro comercial que facilitava a compra e venda de substâncias alimentícias, entre elas, carne verde de boa qualidade, seja de gado ou de animais silvestres e uma farta oferta de frutas, doces, bebidas diversas e caldo de cana (MARIANO, 1908, p. 55). O Mercado, segundo o prefeito, deveria preencher todos os fins para os quais havia sido criado, facilitando o acesso da população a outros alimentos que não conservas, farinha de mandioca e carne seca, o que poderia influenciar diretamente nas condições sanitárias do Departamento (MARIANO, 1908, p. 55).

Foto 07: Mercado Municipal de Sena Madureira, inaugurado no ano de 1908



Acervo do Arquivo Nacional: Código de Referência BR AN, RIO O2. 0. FOT.480. Vistas da cidade de Sena Madureira – Acre

Observando publicações de jornais posteriores a inauguração do Mercado, no entanto, percebe-se a existência de contradições entre a fartura de gêneros alimentícios propalada e os constantes problemas de abastecimento com os quais conviviam os moradores da cidade, principalmente em períodos de estiagem, quando ocorria a vazante dos rios e as embarcações de grande e médio porte encontravam dificuldades para navegar. Exemplo disso, pode ser encontrado em nota publicada na edição de nº 55 do jornal *O Alto Purus*, no dia 14 de março de 1909:

Estamos em meio março quase, e quer dizer isto que não estamos longe da plenitude do verão, com a vazante de nossos rios. A baixa das águas, reduzindo consideravelmente o volume dos rios, dificulta a navegação em geral. Aqui no Iaco, chegamos ao ponto de não poderem as lanchas transpor a corredeira que fica nas proximidades de sua foz, e então, entramos no regime das canoas, visto como não temos lanchas apropriadas (...). Não sofrerá a população, como em o ano passado a falta de mercadorias? Pois é bem de ver os preços dos gêneros, já de si caros, transportados em viagens de 14 a 18 dias por canoas tripuladas por quatro, cinco, seis homens, ganhando de 15\$000 a 20\$000 réis por dia. Quem estas linhas escreve comprou, em novembro do ano passado, uma lata de leite, do tipo comum, pela quantia de 4\$000 réis e uma caixa de batatas por 50\$000!!! Chegamos ao ponto de não se ter, absolutamente pão, arroz, biscoitos e outros gêneros indispensáveis à vida.<sup>4</sup>

Se os médicos e autoridades públicas afirmavam que a alimentação dos habitantes do Território do Acre era deficiente, o quadro agravava-se ainda mais, segundo eles, devido ao consumo excessivo de álcool, sendo a cachaça, possivelmente por ser financeiramente mais acessível, a bebida mais consumida. Não se sabe se no Acre era difundida a ideia de que se bebia para “matar o bicho”<sup>5</sup>, mas o prefeito do Alto Purus, Cândido Mariano, afirmou em seu Relatório de 1905, que era comum o uso da aguardente com fins terapêuticos, creditando a crença ao fato de que a “ignorância de todos os moradores condu-los (sic) a supor que o álcool ingerido continuamente premune-os de muitas moléstias” (MARIANO, 1905, p. 11). Nos registros feitos pelo padre francês naturalizado brasileiro, Jean-Baptiste Parrissier, durante viagem realizada ao rio Juruá no ano de 1897, consta a descrição do que o religioso denominou como as “cinco pragas” que afligiam os moradores da localidade, sendo a primeira delas a bebida:

Não conseguindo encontrar nas práticas religiosas de uma verdadeira religião, pelo menos não mais do que suas superstições vãs e diabólicas, as consolações que todo homem procura para suas penas aqui na terra, os daqui foram procurar fora, e não encontraram nada melhor do que o álcool. É a verdadeira praga, é o flagelo da religião. É algo inacreditável a quantidade de cachaça que é bebida nos rios pelos seringueiros. Eles estão tão entregues a ela, que poderíamos pensar que ela se tornou seu pão de cada dia (PARRISSIER, 2009, pp. 45 a 46).

Várias foram as tentativas desenvolvidas por prefeitos dos Departamentos, com intuito de resolver o problema do consumo excessivo de álcool. No Alto Purus, Cândido Mariano sugeriu que fossem cobrados mais impostos sobre o produto e realizada uma ampla campanha antialcoólica, justificando que esses cuidados deveriam ser priorizados pela administração pública “com vistas ao engrandecimento moral e material do Território” (MARIANO, 1905, p. 11). Além do acréscimo dos tributos, medidas repressivas contra os que abusavam do uso do álcool também foram adotadas, sendo registrados vários casos de prisão por embriaguez. Somente no ano de 1911 foram

4 De Urgência, jornal *O Alto Purus*, Sena Madureira-AC, 14 de março de 1909, ano II, nº55, p. 02.

5 Expressão utilizada de forma corriqueira por trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. Sobre o tema ver: CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2001, pp. 247 a 255.

detidas na cidade de Sena Madureira 36 pessoas, acusadas pela prática deste “delito” (MACIEL, 1911, p. 31).

No Alto Juruá, o prefeito João Virgolino de Alencar fez publicar no jornal *O Cruzeiro do Sul*, do dia 07 de abril de 1907, o Decreto de nº 59, que tributava a venda à retalho da cachaça e de outras bebidas alcoólicas. Para tanto, considerou que o uso de aguardentes era responsável “por sérios prejuízos à sociedade, quer pelo aniquilamento gradual do indivíduo, na sua energia física e na integridade moral, quer pela desorganização da família e degenerescência da prole”.<sup>6</sup> Outro argumento utilizado para justificar a nova Lei, diz respeito a supostas desordens e crimes registrados no Departamento, em decorrência da embriaguez, o que gerava a necessidade de intervenções efetivas por parte do poder público, principalmente “em uma sociedade em começo de organização”.<sup>7</sup> O Decreto tinha o seguinte teor:

O Exmo. Sr. Dr. João Virgolino de Alencar, usando da autorização que lhe confere o artigo 4º do decreto nº 5.188, de 07 de abril de 1904 do governo federal, decreta:

Art. 1º Estabelecer o imposto de 1:000\$000 (um conto de réis) por ano, pago de uma só vez, para qualquer casa de negócio, barracão ou batelão que vender cachaça ou outras bebidas a retalho.

Art. 2º O negociante licenciado para o fim de explorar este ramo de comércio responderá a polícia por qualquer desordem provocada por indivíduos alcoolizados dentro do estabelecimento.

Art. 3º O negociante não licenciado que vender ocultamente cachaça ou outras bebidas alcoólicas será multado em 500\$000 e, na reincidência em 1:000\$000.

Art. 4º A licença será requerida à Prefeitura, devendo instruir a petição um atestado do juiz de paz, ou delegado da circunscrição, em que prove não ter dado no estabelecimento desordem alguma.<sup>8</sup>

Quatro edições após a publicação do referido Decreto, o jornal *O Cruzeiro do Sul* divulgou nova matéria sobre o tema. Desta vez o objetivo foi informar que o intuito do prefeito do Departamento ao tributar pesadamente a venda de cachaça e outras bebidas alcoólicas, proibindo inclusive suas comercializações em quantidade inferior a uma garrafa, não tinha por objetivo criar uma nova fonte de renda, mas, visava, fundamentalmente, “golpear um mal enraizado e altamente nocivo ao indivíduo e a sociedade”.<sup>9</sup>

## “CIVILIDADE” E ALIMENTAÇÃO: CARDÁPIOS EM FRANCÊS, VINHOS E CHARUTOS

É importante ressaltar que, possivelmente como forma de se contrapor a esses hábitos, parte da elite local buscou expressar “civilidade”, tendo como referência a forma diferente de se alimentar. Edward Said (1990) ressalta que, para o colonizador, é importante apresentar os “outros” em contraste com o “civilizado”. Uma das maneiras de estabelecer tal contraponto foi através de publicações em jornais, especificamente em colunas que tratavam sobre a vida social no Território, de cardápios com o *menu* escrito em francês, relacionando os pratos a serem servidos aos nomes de “autoridades” e “personalidades” locais. Exemplo disso encontra-se na publicação do jornal *Folha do Acre*, do dia 15 de setembro de 1912, onde constam pratos como “*Poisson Sauce Milaneaise a la Gentil Norberto e Poulet Sauce Madère a la Deocleciano*”.<sup>10</sup>

6 O Cruzeiro do Sul, 07 de abril de 1907, nº 39, ano II, p. 01.

7 O Cruzeiro do Sul, 07 de abril de 1907, nº 39, ano II, p. 01

8 O Cruzeiro do Sul, 07 de abril de 1907, nº 39, ano II, p. 01.

9 O Cruzeiro do Sul, 03 de maio de 1907, ano II, nº 43, p. 03.

10 Folha do Acre, 15 de setembro de 1912, ano II, nº 95, p. 03



Tais cardápios eram comuns em banquetes, dos quais participavam autoridades e personalidades do Território, ganhando esses encontros festivos, regados a muita comida e bebida, destaque nas principais páginas dos jornais. Exemplo disso encontra-se na edição do jornal *Folha do Acre*, datado de 23 de abril de 1911. Tratava-se de um evento em homenagem a um político de nome Gentil Norberto, onde se lê:

Um grupo de amigos do Dr. Gentil Norberto ofereceu-lhe, no domingo último, um lauto banquete no Restaurante 6 de agosto. Às 7 horas da noite desse dia, no salão do referido restaurante, que estava profundamente iluminado, ostentando formosa ornamentação, compareceram os senhores doutores Deocleciano de Souza, prefeito do Departamento do Alto Acre, Rodrigues do Lago, juiz de direito da Comarca e outras pessoas convidadas.<sup>11</sup>

Chama a atenção, em eventos com essa característica, os rituais que os perpassam. Observe-se que, nesse caso, além do cardápio, também se divulgava a carta de vinhos, sendo mais comumente oferecidos os do tipo *Bordeaux, Pomard, Chambetm, Collares e Champagne*. Em um determinado momento, exatamente quando se erguiam brindes para os homenageados, entrava em cena o “orador oficial”, que, comumente, não era dado a economizar nos elogios. Em sua edição de 30 de maio de 1912, o jornal *Folha do Acre* publicou mais uma homenagem a Gentil Norberto. Dessa vez, promovida pelo Partido Construtor Acreano, do qual era presidente. Na matéria em questão, logo após o cardápio, a carta de vinhos e a relação com os nomes dos participantes, consta um tópico denominado “Orador Oficial”. Nesse caso, o escolhido foi o tenente-coronel Nelson Noronha que, segundo o periódico, “produziu um longo, substancioso e brilhante discurso”.<sup>12</sup>

É possível interpretar esses encontros como rituais de poder, constituindo-se em referências de valores e verdades e, ao mesmo tempo, de instrumentos de legitimação do poder instituído. Tal perspectiva nos remete as abordagens desenvolvidas por Michel Foucault, para quem:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o *status* daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro.

Por essa perspectiva, segmentos da sociedade acreana expressavam, através de folguedos, sua inclinação “civilizatória”. Os eventos onde comensais se reuniam, brindavam e trocavam elogios, parecem representar, nos mais diversos aspectos, os hábitos e costumes que deveriam servir como referência para os demais. Nesse contexto, a alimentação ocupa um capítulo especial, considerando-se que o clima não era mais concebido enquanto um problema para os processos de adaptação a região, deslocando-se as dificuldades para a dimensão do humano. Assim, a sobrevivência, ou não, na Amazônia, estaria vinculada a hábitos e valores, que contribuiriam para o desenvolvimento do vigor físico e moral. Dessa forma, nada mais de conservas, carnes secas e cachaça, o indicado agora era *Poisson Sauce Milaneaise* e *Poulet Sauce Madère*, acompanhado por uma taça de *Bordeaux* ou *Pomard*.

## REFERÊNCIAS

### Jornais

Folha do Acre, 15 de setembro de 1912, ano II, nº 95.

Folha do Acre. Rio Branco - AC, 23 de abril de 1911, ano I, nº 34.

Folha do Acre. Rio Branco – AC, 30 de maio de 1912, ano II, nº 83,

O Cruzeiro do Sul, 10 de junho de 1906, edição nº 06, ano I, nº 25.

11 Jornal Folha do Acre. Rio Branco - AC, 23 de abril de 1911, ano I, nº 34, p. 01.

12 Jornal Folha do Acre. Rio Branco – AC, 30 de maio de 1912, ano II, nº 83, p. 02.

O Cruzeiro do Sul, 07 de abril de 1907, ano II, nº 39.

O Cruzeiro do Sul, 03 de maio de 1907, ano II, nº 43.

O Alto Purus, Sena Madureira-AC, 14 de março de 1909, ano II, nº55.

#### **Relatórios de prefeitos departamentais e da Comissão de obras Federais**

LYRA, Augusto Tavares. **Relatório Apresentado ao Presidente da República do Estado Unidos do Brasil. Produzido pelo ministro de estado da justiça interiores e Contabilidade.** Augusto Tavares de Lyra, Entregue em março de 1908, volume I.

MACIEL, Godofredo. **Relatório semestral apresentado ao Exmº Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, pelo Dr. Godofredo Maciel, prefeito do Departamento do Alto Purus.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911. Acervo: Departamento de Patrimônio Histórico do Acre.

MARIANO, Cândido José. **Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1905, pelo prefeito Cândido José Mariano.** Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

\_\_\_\_\_, Cândido José. **Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em 30 de janeiro de 1908, pelo prefeito Cândido José Mariano.** Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

MATTOS, Raphael Augusto da Cunha. **Relatório da Prefeitura do Departamento do Alto Acre relativo ao período decorrido entre 18 de agosto e 31 de dezembro de 1904.** Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, março de 1905. Disponível em <<http://crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>>, acesso em 22 de janeiro de 2009.

CRUZ, Oswaldo Gonçalves. **Considerações Geraes sobre as Condições Sanitárias do rio Madeira, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz.** Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1910.

#### **Bibliografia:**

ALBUQUERQUE, G. R. et al. **Literaturas e Amazônias: colonização e descolonização.** Rio Branco: Nepan Editora, 2015.

BASTOS, Abgvar. **A Pantofagia ou as estranhas práticas alimentares na selva: estudo na região amazônica.** São Paulo: Editora Nacional, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços Epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, H. **Cultura, trabalho e luta social na Amazônia: discursos dos viajantes – século XIX.** Manaus: Editora Valer, 2013

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos / Euclides da Cunha;** seleção e coordenação de Hildon Rocha. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **Tastevin, Parrissier: fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá.** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

LIMA, Josias. **Os prefeitos do Território do Acre: sua autopsia moral.** Manaus: Livraria e Typ. Universal, 1906.

SAFIER, Neil. **Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 91-114 - 2009

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWEICKARDT, Júlio César. **As doenças tropicais e o Saneamento no Estado do Amazonas, 1890, 1830**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

WALLACE, Alfred Russel, 1823-1913. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**; notas de Basílio de Magalhães. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 630 p. -- (Edições do Senado Federa; v. 17)

Data de submissão: 10/05/2019

Data de aprovação: 20/06/2019